

**Eixo Temático:** GT16 - Educação e Inclusão Social; Direitos Humanos e Diversidade Cultural; **Categoria:** Pôster

## **INTERFACES DA EDUCAÇÃO INDÍGENA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE SUBSIDIAM A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES**

### **INTERFACES WITH INDIGENOUS EDUCATION PUBLIC POLICY THAT SUBSIDIZE CONTINUING EDUCATION TEACHER**

Marcleide Sá Miranda<sup>1</sup>, Roberto Remígio Florêncio<sup>2</sup>, Carlos Alberto Batista Santos<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Técnica em Educação da Gerencia Regional de Educação Sertão do São Francisco. Petrolina-PE. Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública (UFJF). [marcleide.sa@hotmail.com](mailto:marcleide.sa@hotmail.com)

<sup>2</sup>Professor IF Sertão de Pernambuco. Petrolina/PE. Mestrando em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA/UNEB). [betoremigio@yahoo.com.br](mailto:betoremigio@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Professor UNEB Campus III, Juazeiro/BA. Doutorando em Etnobiologia e Conservação da Natureza (PPGETNO/UFRPE). [cacobatista@yahoo.com.br](mailto:cacobatista@yahoo.com.br)

**Resumo:** Este estudo analisa o diálogo legal e acadêmico firmado pela Constituição Federal, LDB nº 9.394/96, Resolução nº 03/99, Parecer nº 14/99, Lei nº 10.172 de 09/01/2001, Resolução CEE/PE nº 05/2004, Decreto nº 6.861/2009 com a sociedade indígena, fundamentada pela educação formal, respeitando e assegurando os conhecimentos específicos dos povos indígenas e a diversidade cultural, com ênfase na formação continuada de professores indígenas do Povo Truká na cidade de Cabrobó-PE. Nosso objetivo visa compreender e discutir as interfaces entre as políticas públicas para os povos indígenas e a prática do professor, centrando nosso olhar nas concepções de educação e cultura, buscando analisar os conteúdos curriculares na diversidade cultural e científica no atual contexto tecnológico. Torna-se relevante investigar as concepções indígenas em relação às ações em educação, analisando o diálogo entre a vivência dos Povos Indígenas Truká e as políticas estaduais voltadas para esse segmento, a partir das experiências vivenciadas e a forma de transmissão da cultura para as novas gerações. Este estudo possui caráter bibliográfico, apresentando as contribuições teóricas de autores sobre os saberes indígenas, inclusive as produções Organização das

Professoras Indígenas. Esperamos assim contribuir para a valorização dos saberes locais e implementação das políticas públicas indispensáveis à educação indígena em Pernambuco.

**Palavras-Chave:** Povos Indígenas, Diversidade Cultural, Formação Docente.

**Abstract:** This study analyzes the legal and academic dialogue signed by the Federal Constitution, LDB No. 9394/96, Resolution No. 03/99, Opinion No. 14/99, Law No. 10.172 of 09/01/2001, Resolution EEC / PE No. 05 / 2004, Decree No. 6861/2009 with the indigenous society, grounded in formal, respecting and ensuring the expertise of indigenous peoples and cultural diversity, with an emphasis on continuous training of indigenous teachers Truká people in the city of Cabrobó-PE. Our goal aims to understand and discuss the interfaces between public policies for indigenous peoples and teacher practice, focusing our attention on the concepts of education and culture, trying to analyze the curricula in scientific and cultural diversity in the current technological context. Becomes relevant to investigate indigenous conceptions regarding the actions in education, analyzing the dialogue between the experience of Indigenous Peoples Truká and state policies aimed at this segment, from real life experiences and the way of transmission of culture to new generations . This study has bibliographical character, presenting the theoretical contributions of authors on indigenous knowledge, including the Organization of Indigenous Teachers productions. We hope to contribute to the appreciation of local knowledge and implementation of public policies essential to indigenous education in Pernambuco.

**Keywords:** Indigenous Peoples, Cultural Diversity, Teacher Training.

## **Introdução**

O desenvolvimento humano consiste principalmente em interagir sobre a realidade, sentir, perceber e significar o mundo que nos rodeia, transformar, ou seja, responder a essas informações da forma que a compreendemos e interiorizar aquilo que nos foi significativo.

Perante a lei, todos somos cidadãos com os mesmos direitos e deveres. Podemos encontrar pessoas de características particulares e específicas, como: raça, condição sensorial, física, mental ou orgânica, porque assim é a dinâmica da humanidade (GADOTTI, 2000).

Na prática essa dinâmica humana é raramente respeitada, denominando o Brasil como um país que tem um imenso histórico de violações de direitos, como é o caso dos povos indígenas que buscam a autodeterminação de seu povo na garantia dos direitos básicos de cidadania (GENTILI; ALENCAR, 2001).

A Constituição Federal no seu artigo 215 assegura às comunidades indígena o uso de sua língua materna e de seus próprios processos de aprendizagem, cabendo ao Estado proteger as manifestações de suas culturas. Sendo assim, as escolas indígenas constituem um dos instrumentos de aquisição deste direito assim como de valorização dos saberes e das tradições indígenas, como forma de não mais restringir-se aos instrumentos de imposições de valores culturais (BRASIL, 1993).

Uma forma de garantir esse direito é o processo de escolarização indígena que vem sendo definida por políticas, é um consenso estabelecido que a escola indígena de qualidade só seja possível se à sua frente estiverem, como professores/as e como gestores/as, educadores indígenas, pertencentes às suas respectivas comunidades (MUNOZ, 2003).

Para a concretização desse direito é preciso o investimento na formação específica a uma forte demanda não só dos professores índios, mas também de suas comunidades, que almejam uma educação qualificada para suas crianças, pois ainda que os professores nas escolas indígenas, em sua maioria, sejam índios, muitos membros destas respectivas etnias, não concluíram sua escolarização básica, nem tiveram uma formação em magistério e ela está prevista na legislação que trata do direito dos índios a uma educação intercultural, diferenciada dos demais segmentos da população brasileira (MUNOZ, 2003). O Decreto nº 6.861 de 27/05/2009 garante-se que os professores indígenas possam ter essa formação "em serviço", ou seja, paralelamente à sua atuação em sala de aula, e concomitante à sua formação básica (BRASIL 2001).

O povo Truká tem uma população aproximada de quatro mil índios que habitam os 6.200 hectares da Ilha de Assunção, no município de Cabrobó-PE e 970 hectares do arquipélago, que abrangem 84 ilhas menores (SANTOS *et al.*,

2007), o processo ensino aprendizagem se dá na própria localidade em escolas indígenas mantidas pela Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, totalizando doze escolas distribuídas por toda ilha e conta com 52 professores indígenas. Hoje atendem até a 8ª série/9º ano do ensino fundamental, sendo que após a conclusão os estudantes precisam se deslocar para escolas regulares do ensino médio na cidade de Cabrobó, fora da comunidade indígena, por não oferecerem na comunidade esse nível de ensino (GERLIC, 2003).

Considerando o pensar e agir dos povos indígenas, nessa pesquisa, representados pelo povo Truká, é notória a afirmação: “*Ou esse país é de cada um, ou será de nenhum*” (Skank) e ainda diante do contexto de que não devemos diferenciar Direitos Humanos com Direito de Aprender, o grande desafio seria: Como se dá a formação de índios como professores e gestores das escolas localizadas em terras indígenas, pois precisa ser prioridade para a consolidação de uma Educação Escolar Indígena, pautada pelos princípios da diferença, da especificidade, do bilingüismo e da interculturalidade, como rezam os documentos legais vigentes no nosso país. Aqui buscamos investigar de que forma se garante esse processo de busca da formação destes professores de maneira a garantir a perspectiva da transversalidade e interdisciplinaridade dos conteúdos curriculares básicos e específicos fixados no Artigo 210 da Constituição Federal.

A partir dessa discussão, este estudo pretende compreender as interfaces entre as políticas públicas voltadas para os povos indígenas e a prática do professor/a, centrando nosso olhar nas concepções de educação, cultura e o processo ensino aprendizagem na busca por apreender os conteúdos curriculares na diversidade cultural e científica no atual contexto tecnológico. Além disso, busca-se compreender a formação dos professores fundamentada nos direitos humanos e na cidadania ativa; refletir sobre a formação de professores na perspectiva da transversalidade e interdisciplinaridade dos conteúdos curriculares; compreender o contexto de significação da Educação pelo povo indígena Truká; identificar como a Educação pode contribuir para o processo de desenvolvimento do povo Truká

e as relações entre teoria e prática educativa nas etapas de produção do conhecimento; classificar os instrumentos e recursos que possam contribuir para formulação de parâmetros que dimensionem o ensino em Educação escolar indígena e identificar as formas de atuação e experiências vivenciadas dos educandos no âmbito das escolas indígenas Truká.

## **Referencial Teórico**

O amplo campo da diversidade sociocultural no país e a contribuição para a sociedade nos permitem repensar a prática enquanto sujeitos coletivos responsáveis uns pelos outros. Somos uma nação historicamente excludente, onde as minorias têm travado lutas pela igualdade de direitos. O negro, o índio, a mulher, o deficiente, etc., suportam desigualdades. O contrário de igualdade não é diferença é desigualdade e a primeira igualdade é que somos diferentes.

Os saberes indígenas são conhecimentos tradicionais milenares que necessitam ser valorizados, reconhecidos e inseridos nos processos educativos da educação escolar indígena. O que mantém viva a sabedoria da nova geração indígena é provavelmente a valorização da cultura do seu povo, que é constantemente difundida entre as tribos com o propósito de garantir que as tradições e o aprendizado sejam utilizados desde o mais novo vivente indígena, e a escola não pode estar fora deste processo de construção do conhecimento, o aprender e ensinar e principalmente projetar para o engajamento político com a terra-pátria, a afirmação comum da diversidade, e a escola é esse lugar privilegiado (MUNOZ, 2001).

Ao realizar um censo escolar indígena específico, no ano de 1999, o MEC reuniu informações que nos permitem visualizar quem são os professores índios em atuação nas escolas indígenas em todo o país. Eles totalizam 3.059 professores, representando 76,5%. Os outros 939 professores são não-índios, representando 23,5%. Há diferenças marcantes entre as regiões: enquanto na região Norte, os professores indígenas respondem por 82,7% do total, na região Sul eles são menos da metade dos docentes, correspondendo a 46,2%.

No Nordeste, os professores indígenas representam 78,1% do total, no Centro-Oeste são 73,6% e no Sudeste somam 80,6% (BRASIL, 1993).

Os níveis de escolaridade desses professores apresentam grande heterogeneidade, cujas proporções se modificam de região para região e em cada estado. Em termos gerais, 28,2% dos professores indígenas ainda não completaram o Ensino Fundamental, 24,8% têm o Ensino Fundamental completo, 4,5% têm Ensino Médio completo, 23,4% têm Ensino Médio com magistério, 17,6% têm Ensino Médio com magistério indígena e apenas 1,5% têm Ensino Superior (BRASIL, 1998). Cada uma dessas situações exige uma resposta diferente, de modo a propiciar que o professor indígena complete sua escolarização básica e se qualifique por meio de uma formação específica para a atuação no magistério indígena (MONTE, 2000). E hoje, com a nova legislação, exige-se dele, como dos demais professores do país, a titulação em nível superior. Tal como estabelecido em documento do Ministério da Educação (MEC), os professores indígenas têm a difícil responsabilidade de incentivar as novas gerações para a pesquisa dos conhecimentos tradicionais junto aos membros mais velhos de sua comunidade, assim como para a difusão desses conhecimentos, visando sua continuidade e reprodução cultural; por outro lado, eles são responsáveis também por estudar e compreender, à luz de seus próprios conhecimentos e de seu povo, os conhecimentos tidos como universais reunidos no currículo escolar (Monte, 2000; BRASIL, 2001).

A escola, como ambiente educativo e espaço de formação de pessoas, é construída por uma diversidade de atores que pensam e agem no cotidiano, formando uma rede de relações que se define com base em uma cultura própria e repleta de significados. As “maneiras de fazer” na escola inserem-se nas práticas elaboradas no cotidiano escolar e fazem parte de um conjunto de ações coletivas, tornando cada realidade escolar única.

Pretendemos identificar - nas falas dos professores indígenas Truká - as idéias mais especificamente ligadas à temática educação e sua relação com a identidade, a cultura e o processo de escolarização.

Gentili; Alencar (2001) afirmam que melhor do que falar em natureza humana, portanto, é falar em condição humana. Somos filhos do tempo, da cultura e ... dos processos educativos que as sociedades criam e recriam. 'humus' que podem fecundar ou apodrecer.

É preciso compreender a ampliação dos estudos sobre os saberes presentes nos processos educativos escolares, diferentes olhares sobre professor, aluno e currículo. Sempre vemos com os óculos da nossa cultura da nossa identidade.

## **Metodologia**

Este estudo possui caráter bibliográfico, quando apresenta as contribuições teóricas de vários autores que realizaram artigos e dissertações e teses sobre os saberes indígenas, inclusive as produções da OPIT – Organização das Professoras Indígenas. Conforme (SEVERINO, 2007), “trata-se, portanto, de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre o tema, tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas existentes sobre o fenômeno pesquisado”.

Ao optar por priorizar um diálogo científico com a teorização elaborada pelos próprios índios, não descartamos os documentos oficiais que dialoga com as leis e a história e luta não só do índio, mas dos direitos humanos como um todo.

A pesquisa tem caráter exploratório, segundo (SEVERINO, 2007), “se constitui na busca de maiores informações sobre o assunto com a finalidade de formular problemas e hipóteses”. O estudo tem base descritiva das características apresentadas pelos povos indígenas Truká, seus costumes, crenças e valores relacionados às questões de âmbitos educacionais pelos vários autores sobre a história e os saberes, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fenômenos educativos em uma análise correlacional.

Conforme (SEVERINO, 2007), “a análise correlacional busca a identificação de fatores em relação a outro, a partir de comparações entre os

diversos estudos com a finalidade de estabelecer parâmetros de análises”. A caracterização dos sujeitos da pesquisa se compôs na delimitação dos povos indígenas Truká de Cabrobó - PE, a partir dos métodos de análises das pesquisas de campo, tendo como base diversas correlações com as temáticas indígenas para a realização de um estudo interpretativo e analítico.

O Tempo estipulado para conclusão da pesquisa e publicação dos resultados será de seis meses.

### **Resultados esperados**

Atualmente, torna-se inconcebível traçar estratégias educativas sem considerar o elemento humano e a cultura em que está inserido. Neste contexto, investigações sobre os processos educativos em comunidades tradicionais indígenas, contribuem para a compreensão de como as políticas públicas são entendidas e aplicadas por esses povos, além de fornecer subsídios para a implementação de novas propostas e políticas que subsidiem a educação indígena.

Contamos com a participação direta dos educadores locais na pesquisa, promovendo ações que envolvam a população docente e discente das escolas indígenas do povo Truká no processo de educação diferenciada indispensável à manutenção da sua cultura.

Em contribuição com o conhecimento científico relacionado à cultura indígena pretende-se gerar manuscritos a serem publicadas em revistas de alto impacto, abordando os temas: educação e diversidade cultural e educação e cultura indígena, a partir dos saberes e fazeres dos professores Truká.

### **Considerações Finais**

O contato da sociedade indígena com a sociedade não-indígena, desconsidera as especificidades da primeira pela segunda, levando ao fenômeno de perda ou substituição de elementos culturais específicos dos



povos indígenas. Neste sentido, a proposta de educação diferenciada para os esses povos, prevista em lei, visa garantir a manutenção de sua cultura, através da sistematização dos elementos tradicionais, sejam nas relações com o meio ambiente e os recursos naturais utilizados, manutenção da língua materna, tradições religiosas e demais expressões culturais. A sistematização desse conhecimento contribuirá com o ensino-aprendizagem da cultura e manutenção da identidade do Povo Truká, ideal maior dessa proposta.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Em aberto*, 14(63): 175-187, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC, 1998. 331p.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referenciais para implantação de programas de formação de professores indígenas nos sistemas estaduais de ensino*. Brasília: MEC, 2001.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva*, 14(2): 3-11. 2000.

GENTILI, Pablo e ALENCAR, Chico. *Educar na esperança em tempos de desencantos*. Petrópolis: Vozes, 2003. 142p.

GERLIC, Sebastian. (Ed.) *Índios na visão dos índios: Comunidade Truká*. Governo do Estado da Bahia. Salvador – BA, 2003. 60p.

MONTE, Nietta. *Os outros, quem somos? Formação de Professores indígenas e identidades interculturais. Cadernos de pesquisa*, n.111:7-29, 2000.

MUNOZ, Maritza Gómez. *Saber indígena e meio ambiente: experiência de aprendizagem comunitária*. In: LEFF, Enrique (org). *A Complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. 345p.

SANTOS, Adriana Maria *et al*. *No Reino de Assunção, reina Truká*. Organização das professoras Truká – OPIT; Belo Horizonte: FALE/UFMG: SECAD/MEC, 2007. 124p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007. 145p.

